ARTIGO 7.º

Os sócios poderão realizar suprimentos nos termos em que vierem a ser acordados em assembleia geral.

ARTIGO 8.º

1 — A gerência da sociedade, bem como a sua representação em juízo ou fora dele, activa e passivamente, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, pertence a ambos os sócios, desde já nomeados gerentes.

2 — A sociedade obriga-se em todos os seus actos e contratos pela assinatura de um gerente.

3 — É proibido à gerência obrigar a sociedade em actos e contratos estranhos ao objecto social, tais como letras de favor, abonações, avals ou compromissos de valor.

4 — A assembleia geral poderá designar outro ou outros gerentes.

ARTIGO 9.º

1 — A cessão de quotas entre sócios é livremente permitida.

2 — A cessão de quotas a favor de terceiros depende do consentimento da sociedade ficando, neste caso, atribuída a esta em primeiro lugar e aos sócios não cedentes em segundo, o direito de preferência.

ARTIGO 11.º

A sociedade fica com o direito de amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- Por acordo com o respectivo titular;
- Por falência do sócio;
- Quando sobre a quota impenda qualquer ónus voluntariamente constituído pelo sócio;
- Em caso de penhora, arresto, arrolamento ou qualquer outra forma de apreensão judicial;
- Quando por motivo de partilha ou qualquer outro a quota não seja adjudicada por inteiro ao seu titular.

2 — O valor da amortização será aquele que for apurado no último balanço anual aprovado e será paga em seis prestações semestrais iguais e sucessivas.

Conferida, está conforme o original.

19 de Abril de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Justino P. G. Santos*. 3000214657

SEM LIMITES — CONSTRUÇÕES, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 8275; averbamento n.º 1 à inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 1/270598.

Certifico que foi registado o seguinte:

1 — Cessação de funções do sócio gerente Fernando Maria Monteiro Ribeiro Mendes, por renúncia à gerência em 7 de Março de 1998.

Conferida, está conforme o original.

19 de Abril de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Justino P. G. Santos*. 3000214656

TAGIFAR — MEDICAMENTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 5012; identificação de pessoa colectiva n.º 501969900; inscrição n.º 9; número e data da apresentação: 4/980527.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 25 de Março de 1995.

Conferida, está conforme o original.

19 de Abril de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Justino P. G. Santos*. 3000214655

GALVÃO & ASSUNÇÃO, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 5488; identificação de pessoa colectiva n.º 502223014; inscrição n.º 2; número e data da apresentação: 5/980529.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foi efectuado o seguinte acto de registo:

Dissolução e encerramento da liquidação.

Data da aprovação das contas: 31 de Dezembro de 1993.

Conferida, está conforme o original.

19 de Abril de 2006. — A Segunda-Ajudante, *Maria Isabel Justino P. G. Santos*. 3000214654

MARKETINGESTE — GESTÃO E CONSULTADORIA, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial de Almada. Matrícula n.º 06040/910430; identificação de pessoa colectiva n.º 502667966; inscrição n.º 3; número e data da apresentação: 20/03102001.

Certifico que, em relação à sociedade em epígrafe, foram efectuados os seguintes actos de registo:

Aumento do capital, com redenominação no valor de 602 410\$ (3004, 81 euros); subscrito pelos sócios Jack Manuel Rebelo Maria de Fátima Rendeiro Costeira, casados na comunhão de adquiridos, tendo havido, em consequência, alteração do contrato, quanto ao artigo 3.º, que passa a ter a seguinte nova redacção:

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro e outros valores, é de cinco mil euros, e corresponde à soma de duas quotas iguais de dois mil e quinhentos euros, pertencendo uma a cada um dos sócios Jack Manuel Rebelo e Maria de Fátima Rendeiro Costeira.

O texto actualizado do contrato fica depositado na pasta respectiva.

Conferida, está conforme o original.

13 de Junho de 2006. — Pela Primeira-Ajudante, *Armanda Maria Miranda Marrachinho*. 3000214645

SANTIAGO DO CACÉM**MATOS, MATOS & MENDES, L.^{DA}**

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém. Matrícula n.º 01326/040105; identificação de pessoa colectiva n.º P 506796752; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 06/20040105.

Certifico que foi registado o contrato de sociedade em epígrafe, constituído por Paulo Jorge dos Santos Matos, casado com Ana Paula Ferreira Mesquita Caldeira Matos, na comunhão de adquiridos, Avenida de Manuel da Fonseca, 21, 1.º, A, Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém; Mário Miguel dos Santos de Matos, solteiro, maior, Avenida de Manuel da Fonseca, 5, 3.º, direito, Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém; Lino Gonçalo Pereira Mendes, casado com Sofia da Conceição Mendes Pereira, na comunhão de adquiridos, Bairro Pôr do Sol, bloco 5-C, 378, Vila Nova de Santo André, Santiago do Cacém, por escritura de 5 de Janeiro de 2004, fl. 77, do livro n.º 215, do Centro de Formalidades de Empresas de Setúbal que se rege pelos artigos seguintes, assim como o relatório do revisor oficial de contas.

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Matos, Matos & Mendes, L.^{da}

2 — A sociedade tem a sua sede no Bairro Atalaia Sul, bloco I2-A, loja 1, Vila Nova de Santo André, freguesia de Santo André, concelho de Santiago do Cacém.

3 — Por simples deliberação da gerência, pode a sede ser deslocada dentro do mesmo concelho ou para concelho limítrofe e serem criadas agências, filiais, delegações, sucursais ou outras formas locais de representação, no território nacional ou no estrangeiro.

ARTIGO 2.º

O objecto da sociedade consiste na venda e assistência de equipamento informático.

ARTIGO 3.º

1 — O capital social, integralmente realizado em dinheiro e em espécie, é de trinta mil euros e corresponde à soma de três quotas: uma do valor nominal de vinte e um mil euros, realizada em dinheiro e em espécie, pertencente ao sócio Paulo Jorge dos Santos Matos; e duas iguais do valor nominal de quatro mil e quinhentos euros, ambas realizadas em dinheiro, pertencentes uma a cada um dos sócios Mário Miguel dos Santos de Matos e Lino Gonçalo Pereira Mendes.

A quota realizada pelo sócio Paulo Jorge dos Santos Matos está integralmente realizada mediante a entrada da quantia de trezentos e oitenta e quatro euros em dinheiro e a transferência para a sociedade dos bens, no valor global de vinte mil seiscientos e dezasseis euros, que a seguir se identificam:

- a) Conjunto de três programas de *software* Winmax de gestão, ao qual foi atribuído o valor de mil duzentos e noventa e seis euros;
- b) Diverso mobiliário para escritório e armazém, ao qual foi atribuído o valor de mil novecentos e setenta e quatro euros;
- c) Diversos expositores e vitrines, aos quais foi atribuído o valor de duzentos e dez euros;
- d) Diverso equipamento electrónico para oficina, ao qual foi atribuído o valor de três mil e cinquenta e dois euros;
- e) Aparelho de ar condicionado para oficina, ao qual foi atribuído o valor de mil e novecentos euros;
- f) Aspirador para oficina, ao qual foi atribuído o valor de cento e trinta e sete euros;
- g) Conjunto de três monitores *Samtron*, ao qual foi atribuído o valor de quinhentos e noventa e quatro euros;
- h) Computador *Surf*, ao qual foi atribuído o valor de quatrocentos e dezasseis euros;
- i) Conjunto de dois computadores *Surf*, ao qual foi atribuído o valor de mil e doze euros;
- j) Impressora *HP Office Jet PSC950* e impressora *HP Laser Jet 1200*, às quais foi atribuído o valor de trezentos e setenta e dois euros;
- k) Veículo automóvel comercial ligeiro marca *Hyundai*, modelo H 100, matrícula 77-78-IS, ao qual foi atribuído o valor de três mil setecentos e quarenta euros;
- m) Prateleira com corredeira, à qual foi atribuído o valor de trezentos e quarenta e cinco euros;
- n) Estante de paletização, à qual foi atribuído o valor de seiscientos e trinta e três euros;
- o) Central telefónica, à qual foi atribuído o valor de trezentos e oito euros;
- p) *Software* diverso, ao qual foi atribuído o valor de duzentos e quarenta e cinco euros;
- q) Diversos expositores e cadeiras, aos quais foram atribuído o valor de duzentos e trinta e sete euros;
- r) *Software* antivírus Macfee, ao qual foi atribuído o valor de cento e noventa e oito euros;
- s) Impressora *Samsung SXC 4216*, à qual foi atribuído o valor de quatrocentos e quarenta e seis euros;
- t) Veículo automóvel comercial ligeiro marca *Renault*, modelo Kangoo, matrícula 53-83-JR, ao qual foi atribuído o valor de três mil e quinhentos euros, conforme tudo consta do relatório do revisor oficial de contas, documento que adiante de arquivar.

2 — Aos sócios poderão ser exigidas prestações suplementares de capital até ao montante global igual a cinquenta mil euros.

3 — Depende de deliberação dos sócios a celebração de contratos de suprimento.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência da sociedade, com ou sem remuneração, conforme for deliberado em assembleia geral, compete a sócios ou não sócios.

2 — Para a sociedade ficar obrigada é necessária a intervenção conjunta de dois gerentes, sendo sempre obrigatória a do gerente Paulo Jorge dos Santos Matos.

3 — Ficam desde já nomeados gerentes todos os sócios.

ARTIGO 5.º

A sociedade poderá participar no capital social de outras sociedades, mesmo com objecto diferente do seu, e em sociedades reguladas por leis especiais ou em agrupamentos complementares de empresas.

ARTIGO 6.º

A cessão de quotas a não sócios depende do consentimento da sociedade, que terá sempre o direito de preferência, o qual, de seguida, se defere aos sócios não cedentes.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar qualquer quota nos seguintes casos:

- a) Por acordo com o respectivo titular;
- b) Quando a quota for objecto de penhora, arresto ou adjudicação em juízo, falência ou cessão gratuita não autorizada;
- c) Quando o sócio praticar actos que violem o contrato social ou as obrigações sociais;
- d) No caso de morte de sócio a quem não sucedam herdeiros legítimos;
- e) Quando, em partilha, a quota for adjudicada a quem não seja sócio;

f) Por interdição ou inabilitação de qualquer sócio;

g) Por exoneração ou exclusão de um sócio; e,

h) Quando a quota tiver sido cedida a terceiros sem o prévio consentimento da sociedade, tomado por maioria simples, em assembleia geral.

2 — Os sócios podem deliberar que a quota amortizada figure no balanço e que, posteriormente, sejam criadas uma ou várias quotas, destinadas a serem alienadas a um ou a alguns dos sócios ou terceiros.

3 — Salvo acordo em contrário ou disposição legal imperativa, a contrapartida da amortização será o valor que resultar do último balanço aprovado.

4 — Se, por falecimento de um sócio, a respectiva quota não for amortizada no prazo de 90 dias a contar da data do falecimento, os herdeiros deverão designar, de entre eles, um representante comum.

ARTIGO 8.º

Aos lucros líquidos anualmente apurados, depois de deduzida a percentagem para reserva legal, será dado o destino que vier a ser deliberado em assembleia geral.

Relatório da sociedade de revisores oficiais de contas nos termos do artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais

Aos sócios da sociedade Matos, Matos & Mendes, L.^{da}
Introdução.

1 — O presente relatório destina-se a dar cumprimento ao artigo 28.º do Código das Sociedades Comerciais relativamente à entrega por Paulo Jorge dos Santos Matos, portador do bilhete de identidade n.º 9580248 emitido em 9 de Março de 2000 por Setúbal, número de identificação fiscal 199220980, casado no regime de comunhão de adquiridos com Ana Paula Ferreira Mesquita Caldeira Matos, de bens no valor de 20 616 euros e dinheiro no montante de 384 euros, para realização total da quota de 21 000 euros por si subscrita no capital da sociedade Matos, Matos & Mendes, L.^{da}, com o capital social de 30 000 euros.

2 — A entrada em espécie consiste na entrega dos bens que a seguir se descrevem:

2.1 — Conjunto de três programas de *software* Winmax de gestão — 1296 euros.

2.2 — Diverso mobiliário para escritório e armazém — 1974 euros.

2.3 — Diversos expositores e vitrines — 210 euros.

2.4 — Diverso equipamento electrónico para oficina — 3 052 euros.

2.5 — Aparelho de ar condicionado para oficina — 1900 euros.

2.6 — Aspirador para oficina — 137 euros.

2.7 — Conjunto de três monitores *Samtron* — 594 euros.

2.8 — Computador *Surf* — 417 euros.

2.9 — Conjunto de dois computadores *Surf* — 1012 euros.

2.10 — Impressora *HP Office Jet PSC950* + Impressora *HP Laser Jet 1 200372* euros.

2.11 — Veículo automóvel ligeiro *Hyundai H 100 77-78-IS* — 3740 euros.

2.12 — Prateleira com corredeira — 345 euros.

2.12 — Estante de paletização — 633 euros.

2.13 — Central telefónica — 308 euros.

2.14 — *Software* diverso — 245 euros.

2.15 — Diversos expositores e cadeiras — 237 euros.

2.16 — *Software* antivírus Macfee — 198 euros.

2.17 — Impressora *Samsung SXC4216* — 446 euros.

2.18 — Veículo comercial ligeiro 53-83-JR — 3500 euros.

3 — Os bens foram por nós avaliados em 20 616 euros, de acordo com os critérios de avaliação a seguir indicados:

3.1 — Os bens constantes dos itens 2.1 a 2.17 inclusive, foram avaliados pelos valores contabilísticos, deduzidos dos montantes das amortizações acumuladas.

3.2 — O bem referido no item 2.18 foi avaliado ao preço actual do mercado para uma viatura usada.

Responsabilidades.

4 — É de nossa responsabilidade a razoabilidade da avaliação dos bens e a declaração de que o valor encontrado é suficiente para a realização de capital pretendida.

Âmbito.

5 — O nosso trabalho foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, designadamente a Directriz de Revisão/Auditoria (DRA) 841 — Verificação das Entradas em Espécie para Realização de Capital das sociedades, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se os valores das entradas atingem ou não o valor nominal das quotas atribuídas aos sócios que efectuaram tais entradas. Para tanto, o referido trabalho incluiu:

a) A verificação da existência dos bens;

b) A verificação da titularidade dos referidos bens e da existência de eventuais ónus ou encargos;

c) A adopção de critérios adequados na avaliação dos mesmos;

d) A avaliação dos bens.

6 — Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão da nossa declaração.

Declaração.

7 — Com base no trabalho efectuado, declaramos que os valores encontrados atingem o valor de 20 616 euros que acrescido de 384 euros a realizar em dinheiro, atingem o valor da quota atribuída ao sócio que efectua tal entrada.

Setúbal, 9 de Dezembro de 2003.

Reinaldo Soares, Rogério Coelho & José Jacob, SROC 162

Representada por Reinaldo M. R. Soares.

Conferi, está conforme o original.

20 de Janeiro de 2004. — A Primeira-Ajudante, *Dinora Lopes Gonçalves dos Santos Palminha Pereira*. 2006298550

ESTRADINHA & PINTO, L.^{DA}

Sede: Rua de Luísa Maria, 11 e 13, Ermidas-Sado, Santiago do Cacém

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém. Matrícula n.º 00232/790414; identificação de pessoa colectiva n.º 500812691; averbamento n.º 01 às inscrições n.ºs 9 e 11; números e data das apresentações: 50 e 51/960411.

Certifico que foram efectuados os registos acima referidos, que se extractam:

Cessação de funções do gerente Manuel Matias Pereira, por renúncia, em 19 de Janeiro de 1996.

Foi inscrita a alteração total do contrato de sociedade, reforço do capital social e unificação de quotas, sendo o reforço de quinze milhões de escudos, realizado do seguinte modo: catorze milhões de escudos pela conversão em capital de prestações suplementares de igual montante, e um milhão de escudos em dinheiro, subscrito inteiramente pelo sócio Manuel Pereira Estradinha, tendo em consequência o artigo 3.º do respectivo contrato de sociedade, ficado com a seguinte redacção:

O capital social é de dezoito milhões de escudos, que corresponde à soma das quotas dos sócios, que são Manuel Pereira Estradinha, casado com Maria Amélia Barradas Pereira Estradinha, no regime da comunhão geral, uma quota de dezassete milhões de escudos; Maria Isabel Barradas Pereira Estradinha de Castro Gomes, casada com José Manuel Castro Gomes, no regime da comunhão de adquiridos, uma quota de um milhão de escudos.

Foram também alterados os artigos 1.º, n.ºs 1 e 2; 2.º; 3.º; 4.º, alíneas a), b), c) e d); 5.º; 6.º, n.ºs 1, 2 e 3; 7.º, n.ºs 1, 2 e 3; 8.º; 9.º; 10.º e 11.º

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a firma Estradinha & Pinto, L.^{da}, e tem a sua sede na Rua de Luísa Maria, 11 e 13, freguesia de Ermidas-Sado, concelho de Santiago do Cacém.

2 — A sede social poderá ser transferida para qualquer outro local, mediante simples deliberação da gerência.

ARTIGO 2.º

O seu objecto consiste na fabricação de obras de carpintaria, carroçarias, reboques semi-reboques e outros.

ARTIGO 3.º

O capital social, inteiramente realizado em dinheiro e nos diversos valores do activo é de dezoito milhões escudos, sendo representado por duas quotas assim distribuídas: uma de dezassete milhões de escudos pertencente ao sócio Manuel Pereira Estradinha; outra de um milhão de escudos pertencente à sócia Maria Isabel Barradas Pereira Estradinha de Castro Gomes.

ARTIGO 4.º

A sociedade poderá amortizar a quota de qualquer sócio, sempre que se verifiquem os seguintes pressupostos:

a) Haver acordo com o respectivo sócio;

b) O sócio titular ser declarado, falido, insolvente, interdito ou inabilitado por sentença judicial transitada em julgado ou, sendo pessoa colectiva, ter sido dissolvido.

c) A quota seja objecto de penhora, apreensão, arresto, arrolamento, arrematação ou adjudicação judicial e o sócio seu titular não obtenha o levantamento dessas providências cautelares ou a desoneração da quota até ao momento da deliberação;

d) Infracção às normas legais ou estatutárias que regem a cessão de quotas.

ARTIGO 5.º

Salvo acordo em contrário, o preço da amortização da quota adquirida nos casos previstos no artigo 4.º será o que, pelo último balanço aprovado, corresponder ao valor nominal, acrescido da parte proporcional das reservas.

ARTIGO 6.º

1 — A gerência da sociedade fica a cargo de dois gerentes.

2 — São gerentes os sócios Manuel Pereira Estradinha e Maria Isabel Barradas Pereira Estradinha de Castro Gomes.

3 — A sociedade obriga-se com a assinatura de qualquer gerente.

ARTIGO 7.º

1 — A cessão de quotas, total ou parcial é livre, entre os sócios, seus descendentes e respectivos conjugues, dependendo do consentimento da sociedade a cessão a estranhos.

2 — No caso da cessão a estranhos a sociedade em primeiro lugar e os sócios em segundo, terão direito de preferência.

3 — Ter-se-á por autorizada a cessão quando o pedido de consentimento não obtiver resposta no prazo de 30 dias a contar da sua recepção.

ARTIGO 8.º

Na hipótese de falecimento de um dos sócios, a sociedade não se dissolve, continuando com os sócios sobreviventes e o herdeiro ou herdeiros do falecido, se estes pretenderem continuar na sociedade.

Se o herdeiro ou herdeiros não desejarem continuar na sociedade, esta amortizará a quota do sócio falecido.

ARTIGO 9.º

À gerência é expressamente vedado obrigar a sociedade em actos ou contratos alheios ao objecto social, nomeadamente fianças, abonações, letras de favor e outros semelhantes.

ARTIGO 10.º

Mediante deliberação unânime dos sócios, podem ser exigidas prestações suplementares até ao montante máximo igual ao capital social que tiver à data em que as prestações forem exigidas, excepto se os sócios deliberarem, também por unanimidade ultrapassar este valor nas condições a definir em assembleia geral, convocada para o efeito.

ARTIGO 11.º

É vedado aos sócios darem em penhor ou por qualquer forma onerarem as suas quotas, sem autorização da sociedade.

O texto completo do contrato na sua redacção actualizada ficou depositado na pasta respectiva.

Está conforme o original.

6 de Maio de 1996. — A Conservadora, *Júlia Maria Louro Batista Fradinho Salavisa Beirão*. 1000252296

TRANSPORTES IDEAL DE SANTO ANDRÉ, L.^{DA}

Sede: Bairro Horizonte, 54, Vila Nova de Santo André

Conservatória do Registo Comercial de Santiago do Cacém. Matrícula n.º 00301/840215; identificação de pessoa colectiva n.º 501418121.

Certifico que foram depositados na pasta respectiva todos os documentos respeitantes à prestação de contas do ano do exercício de 2004, da sociedade em epígrafe, cujo depósito foi requisitado em 31 de Março de 2005, com a entrada n.º 01.

Está conforme o original.

9 de Junho de 2005. — A Segunda-Ajudante, (*Assinatura ilegível*). 2010344359

SEIXAL

J. M. VENTURA — REVESTIMENTOS, L.^{DA}

Conservatória do Registo Comercial do Seixal. Matrícula n.º 4190/970224; identificação de pessoa colectiva n.º 503821250.